

Demonstrações

Financeiras

**SHOPFÁCIL SOLUÇÕES EM COMÉRCIO ELETRÔNICO
S.A.**

Sumário

Relatório da Administração	3
Demonstrações Financeiras	4
Balço Patrimonial	4
Demonstração do Resultado dos Exercícios	5
Demonstração do Resultado Abrangente acumulado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 720 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 123.561 mil e Ativos Totais de R\$ 130.040 mil. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 13 de março de 2025

Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

ATIVO				PASSIVO			
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		57.132	53.919	Circulante		6.297	2.451
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.971	51.198	Contas a Pagar	11	1.491	581
Contas a Receber	6	6.430	1.925	Outras Obrigações		4.806	1.870
Outros Créditos	7	3.731	796	Impostos e obrigações a recolher	12	936	918
				Obrigações Trabalhistas		3.863	499
				Obrigações Sociais e Estatutárias	13c	7	453
Não Circulante		72.908	71.341	Não Circulante		182	134
Ativos Financeiros - VJORA	8	59.073	52.675	Outras Obrigações		182	134
Outros Créditos	7	35	61	Impostos e obrigações a recolher	21e	90	7
Créditos fiscais diferidos	7	529	204	Contingências Cíveis	14	31	66
Imobilizado de uso	9	55	35	Outras Provisões		61	61
Intangível	10	13.216	18.366	Total Passivo		6.479	2.585
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		62.000	50.000
				Reservas de lucros	13b	61.386	72.672
				Ajuste de avaliação patrimonial		175	3
				Total Patrimônio Líquido		123.561	122.675
Total do Ativo		130.040	125.260	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		130.040	125.260

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas / (Despesas) Operacionais	-	22.662	29.752
- Receitas de Prestação de Serviços	15	26.097	33.527
- Impostos e Contribuições sobre Serviços	16	(3.435)	(3.775)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(32.776)	(11.467)
- Despesas Administrativas	17	(16.627)	(9.213)
- Despesas com Pessoal	18	(16.282)	(2.844)
- Despesas Tributárias	16	(10)	(5)
- Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	143	595
Resultado Financeiro		11.184	53.480
- Resultado Financeiro Líquido	20	11.184	53.480
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		1.070	71.765
- Imposto de Renda e Contribuição Social	21b	(349)	(24.091)
Lucro Líquido do Exercício		721	47.674
Número de ações		2.632.579	2.632.579
Lucro líquido por ações em R\$		0,27	18,11

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Lucro do Exercício	721	47.674
Outros Resultados Abrangentes	172	235
Ajuste de Avaliação Patrimonial	172	235
Total do Resultado Abrangente	893	47.909

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Nota	Reservas de Lucros			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2022		210.000	20.660	224.790	(232)	-	455.218
Aumento de Capital Social	13a	20.000	-	(20.000)	-	-	-
Redução de Capital Social		(180.000)	-	-	-	-	(180.000)
Pagamento de dividendos		-	-	(200.000)	-	-	(200.000)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	47.674	47.674
Ajustes de Instrumentos Financeiros		-	-	-	235	-	235
Destinações:							
- Reservas		-	2.384	44.838	-	(47.221)	-
- Dividendos Propostos	13c	-	-	-	-	(453)	(453)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50.000	23.044	49.628	3	-	122.675
Aumento de Capital Social	13a	12.000	(12.000)			-	-
Lucro Líquido do Exercício						721	721
Ajustes de Instrumentos Financeiros					172	-	172
Destinações:							
- Reservas			36	678		(714)	-
- Dividendos Propostos	13c					(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		62.000	11.080	50.306	175	-	123.561

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.070	71.765
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	5.110	4.413
Depreciação e Amortização	5.177	4.459
(Reversão) de Perda Esperada	(26)	(42)
(Reversões)/Constituições de Provisões Cíveis	(35)	1
(Constituição)/Reversão de Impairment	(6)	(5)
Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.180	76.178
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(4.479)	14.153
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(6.138)	(4.767)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(2.676)	366
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(233)	24
Aumento/(Redução) em Contas a Pagar	910	(11.318)
Aumento/(Redução) em Impostos e obrigações a recolher	588	(737)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.073	(11.467)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.958)	(16.981)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(3.733)	45.451
Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Intangível	-	(13.839)
Aquisição de Imobilizado	(41)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(41)	(13.839)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos:		
Redução de Capital Social	-	(180.000)
Dividendos Pagos	(453)	(200.540)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(453)	(380.540)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.227)	(348.928)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	51.198	400.126
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	46.971	51.198
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.227)	(348.928)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (“ShopFácil” ou “Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo desenvolver atividades próprias para intermediação, assessoria, administração na venda de produtos, serviços e de negócios em geral realizados por meio de soluções relacionadas ao comércio eletrônico e aos meios de pagamento eletrônico. A ShopFácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de março de 2025.

A Sociedade está domiciliada no núcleo Cidade de Deus S/N, prédio cinza, 1º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024:

- Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (leaseback), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.
- Apresentação das Demonstrações Financeiras (Correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não-correntes com covenants, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º

de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

- Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma sociedade quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as sociedades adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.
- Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024, introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e certificados de depósitos bancários (CDB) e fundo de investimento, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentando risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4 Contas a receber

São representados por recebíveis que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

2.5 Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido), (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurado ao custo amortizado.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), que corresponde a pagamentos de principal e juros. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas

cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7 Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Móveis e utensílios	5 a 10

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos de vida útil
Marcas e patentes	3 a 20
Custos de desenvolvimento capitalizados	2 a 5
Carteira de clientes	4 a 5

2.9 Provisões, ativos e passivos contingentes, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas

2.10 Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.11 Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receitas de contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12 Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais ativos e passivos diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 21.

2.13 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14 Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

2.15 Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

2.16 Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.17 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15 – reconhecimento de receita: se a receita de produtos de papel feitos sob encomenda é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas explicativas 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	-	60
Total de disponibilidades (caixa)	-	60
Certificados em Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	46.971	51.138
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	46.971	51.198

⁽¹⁾ Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme conta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

6. VALORES A RECEBER

a) Contas a receber

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Serviços Prestados a Receber - Intermediações de Pagamentos	6.459	1.980
Perda Esperada	(29)	(55)
Total	6.430	1.925

b) Contas a receber por prazo

Em 31 de dezembro

	2023	2024	A vencer em 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Acima de 90 dias
Intermediações nos Pagamentos	1.980	6.459	6.199	90	80	90
Total de Serviços Prestados	1.980	6.459	6.199	90	80	90
Perda Esperada	(55)	(29)	-	(1)	(2)	(26)
Total Líquido a Receber	1.925	6.430	6.199	89	78	64

7. OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Impostos e Contribuições a Compensar (Nota 21e)	3.142	443
Despesas Antecipadas	540	307
Créditos tributários (Nota 21c)	529	204
Depósitos Judiciais	35	61
Adiantamentos e antecipações salariais	46	6
Outros créditos	3	40
Total	4.295	1.061

8. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro

Títulos	Acima de 360 dias	Valor justo/ Contábil ⁽¹⁾	Valor de custo Atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras	59.073	59.073	58.808	265
Total em 2024	59.073	59.073	58.808	265
Total em 2023	52.676	52.676	52.670	6

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotação de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens.

a) Composição por classe de imobilizado de uso

Em 31 de dezembro

	R\$ mil					
	Taxa Anual	Custo	Depreciação	Impairment	Custo líquido de depreciação	
					Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Móveis e utensílios	10%	5	(3)	-	2	3
Equipamentos de informática	20%	170	(113)	(4)	53	32
Total em 2024		175	(116)	(4)	55	
Total em 2023		136	(91)	(10)		35

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

Em 31 de dezembro

	R\$ mil		
	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32	3	35
Adições	41	-	41
Reversão de redução ao valor recuperável	6	-	6
Depreciação	(26)	(1)	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	53	2	55

10. INTANGÍVEL

a) Composição por classe de intangível

Em 31 de dezembro

	Taxa Anual	Custo	Amortização	R\$ mil	
				Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Software em uso	20%	29.335	(16.164)	13.171	18.321
Marcas e Patentes	Pelo contrato	45	-	45	45
Total em 2024		29.380	(16.164)	13.216	
Total em 2023		29.380	(11.014)		18.366

b) Movimentação líquida do intangível por classe

Em 31 de dezembro

	R\$ mil		
	Software em uso	Marcas e Patentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	18.321	45	18.366
Amortização	(5.150)	-	(5.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.171	45	13.216

11. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro

	2024	2023
Serviços especializados, manutenção e mídia ⁽¹⁾	831	197
Provisão de Incentivo de Marketing ⁽²⁾	357	176
Provisão taxa de transação ⁽³⁾	280	-
Outros	23	208
Total	1.491	581

(1) Referem-se a notas fiscais para pagamentos de contratação de serviços especializados em gestão e controle de todas as transações de compras feitas através do portal ShopFácil, manutenção e suporte técnico ao sistema gerenciador, e mídia que inclui as divulgações em mídias sociais (propaganda) e o marketing da empresa;

(2) Refere-se a recurso obtido da Bandeira para utilização em campanha promocional;

(3) Refere-se a provisão de despesa da taxa MDR, que é uma porcentagem do valor da transação do serviço de Intermediação de Vendas - aplicativo, para cada pagamento realizado.

12. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A RECOLHER

Em 31 de dezembro		
	2024	2023
Encargos sociais	661	75
PIS e COFINS sobre faturamento	224	234
Imposto sobre serviço	38	39
Outras obrigações a recolher	13	-
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	570
Total	936	918

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro		
	2024	2023
Ordinárias	2.632.579	2.632.579
Total	2.632.579	2.632.579

Em Ata Sumária da Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizada em 25 de abril de 2024, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 12.000, elevando-o de R\$ 50.000, para R\$ 62.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Reserva Legal”, de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de Lucro

Em 31 de dezembro		
	2024	2023
Reservas de Lucros	61.386	72.672
Reserva Legal ⁽¹⁾	11.080	23.044
Reserva Estatutária ⁽²⁾	50.306	49.628

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos. (art.199)

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2024	% ⁽¹⁾	2023	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	721		47.674	
Reserva Legal	(36)		(2.384)	
Base de Cálculo	685		45.290	
Dividendos mínimos obrigatórios	7	1	453	1

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo

14. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes Cíveis classificados como perdas prováveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Movimentação das provisões:

Em 31 de dezembro		
	2024	2023
No início do período	66	65
Constituições liquidas de reversões e baixas	(35)	1
No final do período	31	66

c) Passivos Contingentes Cíveis classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024 R\$ 63 (2023 – R\$ 98).

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Intermediação de meios de pagamentos	17.299	33.208
Intermediação de Vendas - Aplicativo	8.798	295
Outros	-	24
Total	26.097	33.527

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Contribuição à COFINS	2.393	2.548
Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	523	676
Contribuição ao PIS	519	553
Outros Impostos	10	3
Total	3.445	3.780

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Publicidade e propaganda	7.579	200
Depreciações e amortizações	5.177	4.788
Assessoria técnica em processamento de dados	2.068	2.026
Serviços de terceiros	1.402	1.046
Serviços especializados	361	141
Outras despesas	46	1.017
(Constituição)/Reversão de Impairment	(6)	(5)
Total	16.627	9.213

18. DESPESAS COM PESSOAL

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Proventos	10.920	1.653
Benefícios	2.132	700
Encargos sociais	3.117	453
Outros	113	38
Total	16.282	2.844

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Descontos concedidos	(30)	(195)
Reversões de provisões	173	790
Total	143	595

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Rendimento em Letras Financeiras	6.138	6.931
Rendimento em Certificado de Depósitos Bancários - CDB	5.534	49.077
Outras Receitas e Despesas Financeiras	(488)	(2.528)
Total	11.184	53.480

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.069	71.765
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(364)	(24.400)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(12)	(121)
Outros ⁽¹⁾	27	430
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(349)	(24.091)

(1) Refere-se basicamente aos incentivos fiscais e o efeito do adicional de IR (10%)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(674)	(21.518)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	325	(2.573)
Total dos ativos fiscais diferidos		(2.573)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(349)	(24.091)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	10	(19)	10
Provisões cíveis	22	1	(13)	10
Outros	163	509	(163)	509
Total dos créditos tributários	204	520	(195)	529
Obrigações fiscais diferidas	7	90	(7)	90
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	197	430	(188)	439

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização. A ativação está baseada na projeção de resultados futuros e em estudo técnico realizado com a finalidade de verificar o período da realização dos referidos créditos tributários.

O resultado do estudo técnico e das projeções de resultados futuros demonstrou que a realização dos créditos tributários provenientes do imposto de renda e da contribuição social, conforme tabela a seguir:

Exercício	IR Diferido	CSLL Diferido
2025	191	69
2026	192	69
2027	1	-
2028	1	-
2029	1	-
Acima de 5 anos	3	2
Total	389	140

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 506 (2023 – R\$ 184) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Sociedade foram devidamente ativados.

e) Tributos a compensar ou recuperar

	Saldo em 31.12.2023	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2024
Atualização de depósitos judiciais	5	-	(5)	-
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	5	-	(5)	-
Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	90	(2)	90
Total dos impostos diferidos (Nota 18c)	7	90	(7)	90

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Bradesco Holding de Investimento S.A) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro		
	Controladores ^{(1) (2)}	
	2024	2023
Ativos		
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.971	51.198
Ativos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.073	52.676
Passivos		
Dividendos a pagar	(7)	(453)

(1) Banco Bradesco S.A., Bradesco Holding de Investimento S.A.;

(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Exercício findo em 31 de dezembro				
	Controladores ⁽¹⁾		Coligadas e controladas ⁽²⁾	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras	(11.672)	(56.008)	-	-
Despesas com Pessoal	-	-	2.099	696

(1) Banco Bradesco S.A.

(2) Alelo S.A., Bradesco Saúde S.A., Bradesco Vida e Previdência S.A., Bradesco Seguros S.A., Livelos S.A.; Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Nos exercícios 2024 e 2023, a Sociedade não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
- b) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há processos com riscos fiscais e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.
- c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Rodrigo Jose Youssef - Contador – CRC 1SP269660/O-3



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.
Osasco - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Vinicius Maximo
Contador CRC SP285464/O-0